

**LEI Nº 520, DE 27 DE SETEMBRO DE 1963.**

(Revogada pela Lei nº 3.405/2018)

~~O **PREFEITO MUNICIPAL DE ALEGRE**: Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre decretou e eu sanciono a seguinte lei:~~

~~**Art. 1º**—O Imposto Territorial Rural será pago de uma só vez, adiantadamente, em relação ao que for devido no exercício, até de agosto, nos termos da seguinte Tabela:~~

	<b>Cr\$</b>
<del>De mais de 20 até 50 hectares, por hectare</del>	<del>10,00</del>
<del>De mais de 50 até 100 hectares, por hectare</del>	<del>15,00</del>
<del>De mais de 100 até 500 hectares, por hectare</del>	<del>20,00</del>
<del>De mais de 500 até 1.000 hectares, por hectare</del>	<del>25,00</del>
<del>De mais de 1.000 hectares, por hectare</del>	<del>30,00</del>
<del>—As propriedades situadas a mais de seis (6) quilômetros do perímetro urbano da sede Municipal, desde que cultivadas pelo proprietário e sua família, e não possua este outro imóvel, estão isentas do imposto.</del>	

~~**Parágrafo Único**—Vetado~~

~~**Art. 2º**—Revogam-se as disposições em contrário.~~

Alegre, 27 de setembro de 1963.

**JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA**  
**Prefeito Municipal**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.